



Prefeitura Municipal de Igaratinga

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.313.825/0001-21

Adm. 2021 à 2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO N° 83/2021

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IGARATINGA E MARIA DO CARMO GUEDES BARBOZA, PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO EM NEUROPSICOLOGIA PARA ATENDER CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS, EM PARCERIA COM PROFESSORES E ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO PARA ATENDENDIMENTO EM CONSULTÓRIOS NA CIDADE DE IGARATINGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE IGARATINGA/MG.

CRENCIANTE: O MUNICÍPIO DE IGARATINGA, entidade de direito público, CNPJ n°. 18.313.825/0001-21 com sede à Praça – Manuel de Assis, 272 – Centro, na cidade de IGARATINGA, MG, e aqui representada por seu Prefeito Municipal **FÁBIO ALVES COSTA FONSECA**, CPF 045.570.456-26.

CRENCIADO: A profissional **Maria do Carmo Guedes Barboza**, pessoa física, portadora do CPF sob n° 461.342.396-15, residente e domiciliada à Rua Benedito Valadares, n° 263, apartamento 103, centro, Pará de Minas-MG, CEP: 35.660-630;

As partes celebram, por força do presente instrumento, e com fundamento no Edital de Credenciamento n°. 08/2021, TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL HABILITADO EM NEUROPSICOLOGIA PARA ATENDER CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS, EM PARCERIA COM PROFESSORES E ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO PARA ATENDENDIMENTO EM CONSULTÓRIOS NA CIDADE DE IGARATINGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE IGARATINGA/MG, o qual se regerá pelas disposições da Lei n°. 8.666/1993 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente termo tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL HABILITADO EM NEUROPSICOLOGIA PARA ATENDER CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS, EM PARCERIA COM PROFESSORES E ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO PARA ATENDENDIMENTO EM CONSULTÓRIOS NA CIDADE DE IGARATINGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE IGARATINGA/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Praça Manuel de Assis, 272, Centro Igaratinga-MG – CEP35695-000
Telefones: (37) 3246-1098/1134/1481 – Ramal 35 E-mail:licitacao@igaratinga.mg.gov.br



Prefeitura Municipal de Igaratinga

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.313.825/0001-21

Adm. 2021 à 2024

- 2.1. O quantitativo estimado de atendimentos/consultas semanais em conformidade com o item 8 da Minuta de Edital.
- 2.2. Esse quantitativo de atendimentos/consultas semanais poderá ser aumentado ou reduzido, hipótese em que o (s) credenciado (s) será (ão) oportunamente comunicado (s).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO DO CONTRATO

- 3.1. O valor global estimado de R\$ 67.860,00 (sessenta e sete mil oitocentos e sessenta reais).
- 3.2. Os preços unitários dos serviços contratados são os constantes da tabela abaixo:

ITEM CREDENCIADO:

ESPECIALIDADE	Nº CONSULTAS/ANUAIS	VALOR POR CONSULTA
ATENDIMENTO EM NEUROPSICOLOGIA	468 Sendo 9 atendimentos semanais	R\$ 145,00

- 3.4. O preço acordado neste contrato será fixo e irrevogável durante a vigência contratual;

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

- 4.1. A despesa decorrente da contratação do objeto credenciado correrá a conta das dotações orçamentárias: – 04.01.12.361.0003.2.033.3.3.90.36.00.00.00.00-108 fonte 101.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- 5.1. A contratação do objeto credenciado terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, condicionada à publicação do extrato contratual no quadro de aviso do Município, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.
- 5.2. O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 5.3 A vigência do contrato se inicia no dia 25 de outubro de 2021 até o dia 24 de outubro de 2022.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CREDENCIANTE

6.1. Cabe ao CREDENCIANTE o cumprimento das seguintes obrigações:

- 6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- 6.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CREDENCIADA possa cumprir a obrigação de prestação dos serviços dentro das normas do contrato;
- 6.1.3. Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, nos termos deste contrato;
- 6.1.4. Aplicar à CREDENCIADA as sanções cabíveis;
- 6.1.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
- 6.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CREDENCIADA;
- 6.1.7. Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.
- 6.1.8. Publicar os extratos deste termo e de seus aditivos se houver, no quadro de aviso do Município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, contanto que isso ocorra dentro de 20 (vinte) dias, contados da referida assinatura.



CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CREDENCIADA

7.1. Cabe à CREDENCIADA o cumprimento das seguintes obrigações:

- 7.1.1. Executar os serviços contratados obedecendo ao procedimento descrito na CLÁUSULA SEGUNDA, de acordo com as especificações discriminadas no Edital;
- 7.1.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CREDENCIANTE;
- 7.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CREDENCIANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CREDENCIANTE;
- 7.1.4. Comunicar à Administração do CREDENCIANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 7.1.5. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;
- 7.1.7. Executar, às suas expensas, os serviços objeto deste Contrato, mediante solicitação da CREDENCIANTE, nos prazos fixados na Cláusula Segunda, contados do recebimento da Ordem de Execução de Serviço;
- 7.1.8. Comunicar à CREDENCIANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do término do prazo de execução dos serviços, os motivos que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos neste termo;
- 7.1.9. Manter preposto, aceito pela Administração do CREDENCIANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

7.2. À CREDENCIADA cabe assumir a responsabilidade por:

- 7.2.1. Responder, em relação aos seus funcionários, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o CREDENCIANTE, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
 - 7.2.2. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - 7.2.3. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 7.3. A inadimplência da CREDENCIADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CREDENCIANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CREDENCIADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CREDENCIANTE.
- 7.4. São expressamente vedadas à CREDENCIADA:
- 7.4.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CREDENCIANTE durante a vigência deste contrato;
 - 7.4.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CREDENCIANTE,



Prefeitura Municipal de Igaratinga

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.313.825/0001-21

Adm. 2021 à 2024

7.4.3. A subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pela Sra. Delma Henriques Moreira de Almeida; Cargo: Secretária Municipal de Educação, lotada na Secretaria de Educação, designada Gestora.

8.2. A gestora deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: expedir ordens de execução; proceder ao acompanhamento técnico da prestação dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada; comunicar a CONTRATADA sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais; atestar as notas fiscais de fornecimento para efeito de pagamentos; recusar o serviços que estiverem fora das especificações e quantidades constantes deste Contrato e solicitar sua substituição; solicitar à CONTRATADA e seu preposto todas as providências necessárias ao bom fornecimento do serviço contratado.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. A CREDENCIADA deve apresentar, após a prestação dos serviços, nota fiscal em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, bem como de prova de Regularidade com a Justiça do Trabalho através de certidão negativa de débitos trabalhistas.

9.2. O pagamento será efetuado pelo CREDENCIANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento definitivo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CREDENCIADA.

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à CREDENCIADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Recebimento definitivo dos serviços de conformidade com o disposto na Cláusula Segunda;

9.3.2. Apresentação da documentação discriminada no item 9.1 desta cláusula.

9.4. Havendo suspensão de pagamentos na forma do subitem anterior, a CREDENCIADA será notificada do descumprimento do ajuste para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar a regularização necessária, sob pena de aplicação de penalidade e rescisão contratual, esta na forma da Cláusula Doze, subitem 12.2.1., em razão do não cumprimento da Cláusula Sétima, subitem 7.1.7., deste contrato.

9.4.1. Ultrapassando o prazo acima referido, sem prejuízo da penalidade e da rescisão do contrato, o pagamento deverá ser liberado.

9.5. O CREDENCIANTE pode deduzir de importâncias devidas à CREDENCIADA os valores correspondentes a multas ou indenizações por ela devidas em razão deste contrato.

9.6. Citado para se defender em processo judicial de terceiros, de natureza civil ou trabalhista, inclusive, mas não exclusivamente de empregado ou ex-empregado da Contratada, a



Prefeitura Municipal de Igaratinga

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.313.825/0001-21

Adm. 2021 à 2024

CREDECIANTE fará o cálculo dos direitos pleiteados e, após dele notificar o CREDENCIADO, reterá o correspondente valor para fazer frente a eventual condenação, deduzindo-o de importâncias devidas à CREDENCIADA.

9.6.1. O valor será restituído à CREDENCIADA somente após a prova cabal do acerto definitivo entre a CREDENCIADA e o terceiro litigante, quando restar demonstrada a inexistência de qualquer risco de condenação para a CREDENCIANTE.

9.6.2. A CREDENCIADA se obriga a exibir à CREDENCIANTE, sempre que solicitada, os documentos comprobatórios do efetivo cumprimento das obrigações referentes ao processo judicial mencionado neste item.

9.6.3. O valor a que faz referência este item não renderá juros ou correção monetária, a qual poderá ser substituída, a pedido da CREDENCIADA, por outra modalidade de garantia que, a critério da CREDENCIANTE, for considerada idônea.

CLÁUSULA DEZ – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CREDENCIANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A CREDENCIADA que, por qualquer forma, não cumprir as normas do contrato celebrado está sujeita às seguintes sanções, assegurados o contraditório, e ampla defesa:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa;

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

11.4. 10% (dez por cento):

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;

b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou c) pela recusa injustificada em entregar total ou parcialmente o material ou em concluir o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

11.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

11.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte a execução de serviços, se dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de IGARATINGA/MG, ou do primeiro dia útil seguinte.

11.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.



Prefeitura Municipal de Igaratinga

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.313.825/0001-21

Adm. 2021 à 2024

11.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

11.9.1. Por 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

11.9.2. Por 12 (doze) meses, nos casos de:

a) retardamento imotivado da execução de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

11.9.3. Por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração.

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

11.10. Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

I – Não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados no item 11.9. Deste edital; ou
II – Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

11.10.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

11.10.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de IGARATINGA.

CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

12.2. A rescisão deste contrato pode ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CREDENCIANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CREDENCIADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

12.2.2. A pedido do CREDENCIADO, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

12.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4. A CREDENCIADA reconhece todos os direitos da CREDENCIANTE em caso de eventual rescisão contratual.



Prefeitura Municipal de Igaratinga

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.313.825/0001-21

Adm. 2021 à 2024

CLÁUSULA TREZE – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

13.1. O presente contrato fundamenta-se:

13.1.1. Na Lei Federal nº 8.666/1993;

13.2. O presente contrato vincula-se aos termos do Processo de Credenciamento nº 08/2021 especialmente:

13.2.1. Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, publicada no Diário Oficial do Município de IGARATINGA/MG, com base no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993;

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


14.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO


15.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Pará de Minas-MG, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CREDENCIANTE e CREDENCIADA, e pelas testemunhas abaixo.

IGARATINGA, em 25 de outubro de 2021.




MUNICÍPIO DE IGARATINGA
Fábio Alves Costa Fonseca
CREDENCIANTE





Maria do Carmo Guedes Barboza
CREDENCIADA

1- TESTEMUNHA CPF Nº _____


Livia Aparecida Vieira
MAT. 2515-1

2- TESTEMUNHA CPF Nº _____


Celma Alice de Almeida Faria
Matricula 0372-7



Maria Luisa Faria Silva
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/MG 202.769



TERMO DE CONCORDANCIA E DE VINCULACAO AO TERMO DE

1.1. O presente termo vincula os signatários ao Termo de Referência nº 000/2017...

1.2. O presente termo vincula os signatários ao Termo de Referência nº 000/2017...

1.3. O presente termo vincula os signatários ao Termo de Referência nº 000/2017...

1.4. O presente termo vincula os signatários ao Termo de Referência nº 000/2017...

1.5. O presente termo vincula os signatários ao Termo de Referência nº 000/2017...

Maria de Carmo Gomes Barbosa
CREDECIMATE

MUNICÍPIO DE GARATINZA
FABIO VIEIRA DOS SANTOS
CREDECIMATE

Livia Aparecida Vieira
MAT 2515-1

Celma Alice de Almeida Porto
MAT 0272-1

Maria Luisa Faria Silva
Procuradora Jurídica Municipal
OABMG 202.788